

Constituinte exclusiva já

O PT está à frente de centenas de prefeituras do País, tendo um quantitativo significativo de vereadores em todos os Estados. Devem fazer parte de nossa estratégia de crescimento partidário o aumento e a qualificação de nossas gestões e mandatos no âmbito municipal. A direção nacional deverá cumprir o papel de organização e unificação de nossa proposta política para as eleições de 2008, subsidiando os diretórios estaduais e municipais e dirimindo eventuais conflitos. O modo petista de governar e legislar deve ser amplamente difundido, construindo a marca de nossas administrações e mandatos.

Neste sentido é necessário que o partido amplie sua participação e apoio nos segmentos organizados da sociedade civil que garantem a popularidade de Lula. Nosso presidente está com altos índices de aprovação popular, comprovados pesquisas de pesquisa. Refletindo este sentimento de êxito nos resultados eleitorais vindouros, utilizando os espaços do partido para explicar, debater e defender as ações do governo federal.



LUIS CESAR BUENO

A grande diferença conjuntural da próxima direção que será eleita dia 2007-12-09 por mais de 300 mil militantes do PT, diante de todas as demais de nossa história é que não mais teremos Lula como candidato nas próximas eleições nacionais. Isto, sem dúvida, altera a magnitude das tarefas a serem desempenhadas, pois, além de formular o projeto, ainda teremos de preparar um candidato ou uma candidata.

Neste quesito, a resolução aprovada no III Congresso sobre 'O Brasil que Queremos' é bastante clara:

"O PT deve organizar um amplo processo de debate interno para formular, a partir de nossas experiências no governo federal e nos avanços até lá alcançados, um programa para o mandato 2011/2014; e, a partir dele, apresentar uma candidatura petista à sucessão de Lula capaz de liderar, juntamente

com outros partidos, uma ampla aliança partidária e social e vencer as eleições de 2010."

Sabemos que essa construção não pode iniciar em 2009. Se o PT não começar a se colocar diante da coalizão do governo Lula como protagonista, capaz de não só integrar como de hegemonizar o núcleo de esquerda, não teremos condições de preparar um cenário de vitória e de continuidade do projeto democrático e popular a partir de 2011.

O papel da nova direção é decisivo no debate e construção de nomes para encampar o nosso projeto nas próximas eleições, tarefa que sabemos não ser menor diante de nossa experiência em todas as eleições disputadas pelo companheiro presidente. Com uma grande mídia contrária, a possibilidade de apresentar um nome que dialogue com as múltiplas realidades regionais é um objetivo de grande vulto, viável somente com enorme empenho e planejamento por parte de nossa direção.

Com a chegada ao governo federal e os 27 anos que fundamentam nossa história, é possível dizer que o PT adentrou uma

nova etapa histórica. Essa fase será de amadurecimento de nossas práticas e debates internos. A formação política cumprirá o papel mais importante, preparando o partido para ser uma alternativa continuada de organização da classe trabalhadora, capaz sempre de se atualizar e trabalhar pela hegemonia social das idéias da esquerda.

O III Congresso aprovou o engajamento do partido na luta pela constituinte exclusiva para garantir a reforma política. Após um primeiro semestre de 2007 de intensos embates na Câmara dos Deputados sobre o tema, o PT resolveu adotar uma estratégia mais ofensiva na busca de um sistema político que garanta e incentive a participação popular direta e fortaleça os partidos e suas ideologias. Isso se obterá com financiamento público de campanhas eleitorais, voto em listas preordenadas e fidelidade partidária. Também será necessário discutir e aprovar a facilitação de plebiscitos e referendos. A participação popular na elaboração do orçamento e na definição de políticas públicas deverá ser fortemente encampada. Instituições como a reeleição, o

tempo de mandato, o Senado Federal, o pacto federativo, as medidas provisórias, o acesso à carreira da magistratura e tantos outros ligados à organização do Estado deverão constar na pauta da constituinte. Somente com medidas como esta será possível varrer da cena pública brasileira o pragmatismo e o fisiologismo de partidos que só existem para atender os objetivos de seus caciques.

A realização de uma constituinte exclusiva para a reforma política será uma tarefa grandiosa da próxima direção partidária, que deverá mesclar capacidade de articulação institucional com mobilização popular para alcançar este objetivo estratégico do PT, de toda a esquerda e dos lutadores e lutadoras sociais brasileiros.

Como o governo federal tem sido sistematicamente bem avaliado por amplos segmentos da população, a estratégia dos setores conservadores da política brasileira dirige-se a tentar "descolar" o presidente Lula do PT, o que é inviável. É simples entender a lógica: acostumados com partidos de aluguel, fracos e sem base social, nossos adversários

crêem que podem acabar com o PT por meio da mídia. Ledo engano, nossa prática política foi capaz de forjar um partido diferente, que tem um projeto político de longo prazo e que não se esgota nesta ou naquela eleição.

Devemos afirmar que esse é o governo do PT, do presidente Lula, que é filiado ao PT e no Palácio do Planalto faz política para o povo. A próxima direção deve ter a capacidade de saber fazer o enfrentamento público de posições políticas, nunca ficando acuada diante dos argumentos dos nossos adversários. Mais que isso, é a nova direção que poderá capitanear o reencontamento dos filiados, defendendo o PT e nossa ideologia de esquerda, simbolizando para a sociedade brasileira que continuamos fiéis aos princípios que nortearam nosso nascimento e frisando as inúmeras diferenças que há entre o nosso partido e aqueles do campo liberal-conservador.

Luis Cesar Bueno é professor, deputado estadual e 2º vice-presidente do Diretório Regional do PT.